



## ANEXO I

### DECLARAÇÃO DE NÃO SOBREPOSIÇÃO DE RECURSOS

Eu, (NOME COMPLETO DO PROPONENTE), portador(a) do RG nº (Nº DO RG) e CPF nº (Nº DO CPF), responsável legal da empresa (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ nº (Nº DO CNPJ), localizada(o) no endereço (ENDEREÇO COMPLETO COM CEP), na cidade de Jundiaí-SP e representante do artista ou do grupo cultural (NOME DO ARTISTA OU DO GRUPO), **selecionado** na **Chamada Pública nº 03/2020 – Edital de Premiação para seleção de propostas artísticas e culturais inéditas** da cidade de Jundiaí, com o Projeto (TÍTULO DO PROJETO INSCRITO) apoiados pela Lei nº 14.017/2020 de Emergência Cultural, denominada Lei Emergencial Aldir Blanc, **DECLARO**

- 
- 1) nos termos do §3º, art. 7. Da Lei Emergencial Aldir Blanc, Nº 14.017/20 e do art. 15 do Decreto Municipal nº. 29.339, 01 de outubro de 2020, **não ser beneficiário do subsídio emergencial da cultura de que trata o inciso II, do art. 2º da LAB, junto a outro ente Federativo;**
  - 2) **estar ciente de que a sobreposição de recursos à gestão responsável pelo espaço cultural é vedada pela Lei Aldir Blanc**, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro disposto no §1º, do art., 7º da Lei 14.017/20, e caso o Espaço ou Território Cultural por mim representado venha a incorrer em tal vedação, ficarei sujeito às sanções administrativas, civis e criminais.

Por fim, **DECLARO** sob as penas previstas na legislação, **que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras**, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal\*, sem prejuízo das sanções administrativas e civis pertinentes.

Jundiaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura igual à do documento de identificação)

NOME:

CPF:



Prefeitura  
de Jundiaí



**EDITAL PUBLICADO COM RECURSOS DA LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC Nº. 14.017/2020**

\*Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal: “Artigo 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena – reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.”.